

LEITURAS COMPLEMENTARES

CADERNO 2

A INDIFERENÇA OU A PREGUIÇA ÉTICA

A primeira tarefa ética exigível dos cidadãos é o combate à indiferença ética: é preciso preocupar-se verdadeiramente com o bem de cada um e da totalidade dos homens concretos. Pois a razão, como afirma Kant, não é neutra, posto que em cada âmbito do saber ela se põe em exercício movida por um interesse objetivo, sem o qual ela confunde suas metas.

Lembremo-nos, aponta Adela Cortina, da insatisfação a que o cientificismo e o positivismo de todos os tempos submeteram a razão prática: se faz necessária uma razão plenamente humana, que só pode ser interessada e apaixonada. A razão moralmente desinteressada rapidamente se cansa em suas tentativas investigatórias e qualquer solução lhe parece satisfatória, desde que se situe na linha do interesse subjetivo por aquilo que se desencadeou. Essa preguiça ética não costuma beneficiar os fracos e sim os poderosos... É a Lei do cansaço, para usar a expressão do filósofo espanhol Carlos Díaz, um sentimento de impotência para mudar as coisas. “As pessoas, ao alegarem cansaço, se esquecem de que o poder nunca vai lhes dar trégua, nem sequer no cansaço, e que além do mais o poder goza com o absentismo alheio” (Díaz, citado por Cortina, 2009).

Isso explica porque propostas tão injustas moralmente como o ceticismo e o relativismo extremos, o silêncio ético face ao intolerável, o “realismo” conformista ou os reducionismos tenham podido ser formulados e defendidos, ao que tudo indica, a sério.

A base da cultura é o reconhecimento da dignidade do homem e de seus direitos. Mesmo numa época de constantes desrespeitos aos direitos humanos e apesar dos discursos que justificam esses desrespeitos manifestarem quase sempre um cinismo estratégico, o certo é que, atualmente, a premissa incontornável de qualquer reflexão em torno dos direitos e deveres é o reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Por isso, o ceticismo ou o relativismo moral, tão charmosos em uma conversa de salão, são insustentáveis na vida cotidiana, porque “ninguém pode agir crendo realmente que não existam algumas opções que são preferíveis às outras, ou que a maldade do assassinato e da tortura dependem de diferentes concepções morais. O ceticismo e o relativismo, levados a extremos, são as típicas posições abstratas, construídas de costas para o real. O reconhecimento dos direitos humanos é o sonoro desmentido a toda pretensão cética e relativista séria, no campo da ética e da moral” (Cortina 2009).

Por isso, a indiferença ética, que substitui o “deve” pelo “é o que há” ou “é assim”, é inaceitável. Esse “realismo” conformista, que se traduz na aceitação acrítica de que a ética se reduz à razão estratégica (do interesse imediato), parte do pressuposto – típico do liberalismo – de que os homens são movidos estritamente por interesses egoístas.

Para ilustrar essa reflexão, cabe citar o texto de Atila Roque, diretor-executivo da Anistia Internacional Brasil, que informa que o nosso país convive tragicamente com uma epidemia de indiferença, manifestada pelo completo imobilismo e cumplicidade de governantes e cidadãos, relacionadas com uma situação terrível e calamitosa, qual seja, o assassinato de crianças e adolescentes no Brasil:

(...) Em 2010, 8.686 crianças e adolescentes foram vítimas de homicídios. Estamos falando ao equivalente a cerca de 43 aviões da TAM, como o do trágico acidente em 2007, lotados de crianças e adolescentes.

De 1981 a 2010, o país perdeu assassinadas 176.044 pessoas com 19 anos ou menos, sendo que meninas e meninos representam em torno de 90% do total.

(...)

A taxa de homicídios na população entre 0 e 19 anos em 1980 era de 3,1 para cada grupo de 100 mil. Em 2010, foi de 13,8.

(...)

É preciso quebrar esse padrão de violência e indiferença e compreender que o país está perdendo o melhor da sua juventude. Esses meninos [e meninas] não estavam destinados a morte violenta, mas sim a serem médicos, artistas, engenheiros, professores, filhos e pais, avôs e presidentes da República.

Precisamos criar alternativas, abrir canais de conversação na sociedade sobre essa tragédia, combater a violência armada, inclusive policial, estabelecer instrumentos de participação e controle cidadão sobre o desenho e implementação das políticas públicas de segurança. Precisamos quebrar a apatia, o silêncio e a cumplicidade passiva com o extermínio dos jovens brasileiros. (ROQUE, Atila. Epidemia de Indiferença. *Valor Econômico*, de 03/09/2012).